

Mulheres Indígenas Organizai-vos: Estudo comparativo sobre organizações de indígenas no Paraguai, Brasil e Bolívia (1960-2008).

HELOÍSA NUNES DOS SANTOS*

Resumo: O presente trabalho pretende realizar um estudo comparado, entre as distintas realidades em que vivem e se constituem as mulheres indígenas do Brasil, Bolívia e Paraguai. A busca dessas mulheres por espaço as leva, em alguns casos, a organizarem-se de forma independente em associações, organizações e movimento de mulheres indígenas, ou também formarem departamentos dentro do movimento indígena amplo, que abre espaço para suas demandas. Para tanto, fazem uso das discussões de gênero, como uma categoria de análise histórica, e percebe como as práticas sociais e culturais constituem historicamente os sujeitos. Neste estudo também há reflexões e relatos sobre gênero nas suas interfaces com a memória, o poder e a participação política. Evidenciamos através dessa mobilização feminina que há uma apropriação do espaço tido como masculino na organização social de diferentes povos indígenas.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, organizações, identidade étnica e gênero.

Introdução

Tanto nos embates políticos como nas lutas cotidianas, as mulheres indígenas tem marcado presença. A maioria das mulheres indígenas, aqui estudadas, se constituiu como liderança política, em sua prática cotidiana, trabalhando em organizações indígenas, em conselhos escolares e grupos de artesanato. Logo, percebemos que tal protagonismo ocorre no processo participativo que se inicia em sua comunidade, mas que muitas vezes ultrapassa tais limites, incidindo também na sociedade não indígena.

Desse modo, busco caracterizar, como essas mulheres se organizam, reivindicam espaços, articulam-se na esfera pública e privada para lutarem contra tais preconceitos, e logo saírem dessas condições discriminantes.

Quando buscam organizar seus próprios espaços, sejam eles independentes, como organizações de mulheres indígenas ou ligados a departamentos dentro de organizações indígenas, já existentes, essas mulheres estão caracterizando novos espaços de representação política. Iniciado o processo de organização, tem-se além das próprias motivações das mulheres (busca por igualdade, representatividade, melhores condições de vida), o apoio e

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

incentivo de instituições internacionais, como por exemplo, acontece com algumas

* Aluna de graduação em História, orientada pela Dr^a Joana Maria Pedro. PIBIC/CNPq-UFSC.

organizações indígenas do Brasil.

Para Ângela Sacchi (2003:105), a entrada das mulheres indígenas na arena política em prol de maior autonomia, embora comporte avanços significativos, é um processo complexo. Que se deve ao tipo de apoio e alianças que tem estabelecido, bem como pelas demandas almeçadas, que comportam similitudes e diferenças tanto com o movimento indígena como com o movimento de mulheres não indígenas. Assim, ao participar mais ativamente de um campo até então masculino, como é o da política indígena, precisam reelaborar continuamente sua própria inserção de gênero¹ e negociar com diferentes atores do contexto interétnico.

A questão étnica tem permeado boa parte das discussões mais recentes sobre movimentos e organizações de mulheres tanto na Bolívia quanto no Paraguai, já que nesses países há uma vasta parcela da população de etnia indígena, que se auto-identifica como tal e que se organiza e reivindica uma série de direitos a partir de discursos² que enfatizam exatamente os contrastes da causa indígena. Portanto, tal olhar sobre essas discussões se faz necessário ao longo desta pesquisa.

Mulheres indígenas organizai-vos!

Apresentarei a seguir três formas organizativas de mulheres indígenas em seus respectivos países. Entendemos que a sociedade em que vivemos é o resultado de uma determinada correlação de forças, para tanto, a construção da organização, nós é apresentada como a força capaz de conquistar espaço nessa relação (SCHERER-WARREN, 2006: 109). Com as organizações ganha-se força social para intervir em nossa realidade.

A possibilidade que as mulheres têm de se organizar, de ter um espaço próprio de identificação passa muito pela noção de empoderamento³, através da participação no espaço público.

O empoderamento efetivo das mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). Tais aspectos, correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo, as de baixa renda, pois levam demandas do âmbito privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões. (MACEDO, Renato F., REGINO, Fabiane Alves. 2006: 5)

¹ Entendido nesta pesquisa, enquanto categoria de análise histórica que permite compreender como se estabelecem as relações de dominação entre os sexos e os conflitos que suscitam; a forma como se elaboram os distintos papéis, as expectativas, a divisão social e sexual do trabalho. Ver: PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2011. SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

² Para a análise dos discursos que foram aqui estudados utilizou-se as conceituações presentes na obra: FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

³ Entendido na perspectiva feminista, como poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres.

Percebe-se que no caso das mulheres indígenas, tal noção de empoderamento, tornou-se um incentivo a mais, que contribuiu na visualização de seus papéis nas lutas e embates políticos. Segundo Mario de Sá (2011: 41), o empoderamento feminino só será realidade a partir do reconhecimento, do respeito e da valorização das mulheres pela sua multiplicidade, quando nossa sociedade puder desmistificar a naturalização que impõe um padrão para o “ser mulher”. Assim, o engajamento de mulheres indígenas em movimentos sociais, em organizações, abre espaço para o processo de re-significação de sua posição nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, enfim, no espaço público, rompendo com estruturas patriarcais existentes em nossa sociedade.

I. Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” CNMCIOB BS.

A organização de mulheres indígenas e camponesas na Bolívia em movimentos sociais durante o período de ditadura militar ocorreu com características que, de várias maneiras, podem se aproximar dos casos brasileiro e paraguaio. Também ocorreu no contexto de “abertura” ou de estagnação dos regimes militares da América do Sul, do final da década de 70 e início de 80, com uma forte atuação da Igreja Católica nas áreas de base, por meio da Teologia da Libertação⁴, que também atuou organizando clubes de mães e reuniões nos moldes de grupos de reflexão mistos ou compostos unicamente por mulheres.

Em 1 de novembro de 1979 o general Alberto Natusch Busch derrubou o governo democrático através de um golpe sangrento. Em resposta, houve uma revolta popular liderada pela Central Operária Boliviana (COB), o que gerou violenta repressão generalizada, conhecida como “massacre de todos os santos”, tal ação resultou na morte de mais de 100 pessoas e 30 desaparecimentos. Dezesesseis dias depois, a resistência popular forçou Natusch Busch a devolver o poder ao Congresso que elegeu a presidente da Câmara dos Deputados, Lidia Gueiler, como Presidente da República interina, até as eleições em 29 de Junho do ano seguinte⁵.

⁴ Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs, desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir dos anos 70 do século XX, baseadas na opção preferencial pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina.

⁵ Sucederam-se no poder uma série de governos de curta duração, a maioria militares, e em agosto de 1971 o governo do general Juan José Torres foi derrubado por um golpe de Estado encabeçado pelo coronel Hugo Banzer. O regime de Banzer passou rapidamente de uma posição relativamente moderada a uma de maior repressão: aboliu o movimento trabalhista, suspendeu todos os direitos civis e enviou tropas aos centros de mineração. Em 1978, Banzer renunciou e uma junta militar tomou o poder. Em 1980, o general Luis García Meza e seu vice Luis Arce Gómez com apoio ativo da ditadura militar argentina e a ação de um comando terrorista denominado *Novios de la Muerte* e organizados pelo criminoso nazista Klaus Barbie, deram um golpe

A convocação de novembro para o congresso seria, entretanto, transferida para 10 de janeiro de 1980, quando as mulheres rurais em particular as de La Paz e Oruro iniciaram a nova organização. As mulheres líderes dessa articulação como Lucila Mejia Morales, Irma Garcia e Isabel Ortega Juaniquina foram importantes personagens na garantia do desenvolvimento do processo de organização. Tanto que Lucila Mejia Morales viria a ser eleita a primeira secretaria-executiva da recém formada Federação Nacional de Mulheres Rurais da Bolívia "Bartolina Sisa".

As primeiras congressistas, perguntavam-se para que uma nova organização? O que buscavam nesta nova organização? As mulheres precisam de uma nova organização? A partir dessas questões, duas correntes discutiram o rumo da nova organização: formar uma nova organização para enfrentar os homens, ou formar uma organização juntamente com os homens para lutar por melhores condições de vida e superar as situações de injustiça e discriminação que ocorria no Estado boliviano.

A segunda corrente foi à vencedora, com intuito de formar uma nova organização de caráter nacional, para complementar as organizações já existentes, predominantemente masculinas. Esta nova organização estabeleceria objetivos que visassem as mulheres indígenas, que lhes propiciasse instrumentos para mudarem sua desigual realidade. Vejamos quais são tais objetivos:

- *A liberação das mulheres rurais e indígenas originárias, de todos os tipos de opressão que afetam o seu desenvolvimento como pessoa.*
- *Para defender e promover os direitos humanos das mulheres rurais e indígenas originárias.*
- *Garantir a participação das mulheres nos níveis de decisão, independentemente da localização ou hierarquia.*
- *Eliminar todas as formas de discriminação e de violência social e política para as mulheres.*
- *Desenvolver nas mulheres conhecimentos e iniciativas que visem a garantia alimentar. (Disponível em < <http://www.bartolinasisa.org/sitio.shtml?apc=&s=e>>.* Acesso em abril de 2012.)

Felipa Huanca Lllupanqui, militante e secretária-geral da Confederação Nacional de Mulheres Indígenas Originárias da Bolívia "Bartolina Sisa", narra à trajetória da organização,

[...]o que vocês devem saber é que esta organização Bartolinas Sisa não é recente, não veio com este governo. Já temos 31 anos. Desde aqueles tempos temos lutado contra os governantes que trouxeram os tempos colonialistas, que entraram com esse sistema de dominar, explorar... Percebe? Nossos avós, nossos ancestrais lutaram contra isso. Logo, em tempos de liberalismo, surgiu esta organização. Nas mobilizações veja quem sai primeiro: as mulheres. As mulheres estão na primeira fila para lutar. Por isso, sempre dizemos: nós, as mulheres, vamos seguir adiante

de estado para evitar a eleição de Hernán Siles Suazo como presidente democrático. Em 1982, ele foi afastado da última junta militar que governava o país para reinstaurar a democracia. Ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Cláudia. **Ditaduras Militares na América Latina**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.321

frente a qualquer problema. (Entrevista disponível <<http://miradas.com.br/?p=1114>> Acesso 2 de março de 2012.)

A formação da organização das “Bartolinas” estava marcada também pela recuperação, ainda que incipiente, de noções restauradas dos movimentos indígenas do século XVIII. Baseada, principalmente, na luta do casal indígena aymaras Bartolina Sisa⁶ e Tupac Katari, que fizeram parte do levante contra a opressão dos espanhóis em 1781, marcando a história da Bolívia e das mulheres em todo mundo.

Partindo dessa reconstrução da história do movimento indígena, Lorenzo Apasa expressa, seu apoio a militância de sua esposa Eugenia Rojas, uma das primeiras dirigentes da então Federação Nacional. Tendo em mente a “bem sucedida” trajetória do casal aymara, afirma:

Yo dije que estaria bien, es a través de la historia de que Tupak Katari y Bartolina Sisa, entre marido y mujer[...] por eso tambien nosotros hemos pensado luchar juntos por el Qullasuyu, aunque ellos han muerto pero sus nombres son siempre recordados[...] entonces dijimos que esto es la misma lucha, por eso le he apoyado [a ella, Eugenia Rojas] para que siga adelante. (AILLÓN, 2006: 78)

Diferente do apoio expressado acima, muitas mulheres indígenas bolivianas, se queixam de não terem apoio de seu esposo, que ao negarem-se a dividir as tarefas domésticas, dificultam que a mulher possa ocupar cargos em diferentes instâncias de exercício da autoridade. A discriminação se fez presente, dentro dos lares e das organizações indígenas, onde a presença masculina é predominante. As mulheres indígenas bolivianas, tanto dirigentes como as da base, enfrentam obstáculos para poderem reunir-se, já que muitas vezes suas “obrigações com seu marido e casa” estão atreladas ao espaço onde “devem” permanecer. Leonilda Zurita, ex-secretária executiva da CNMCIOB –BS, em sua narrativa nos aponta elementos da necessidade de organização sentida pelas mulheres indígenas do Altiplano Norte.

Por eso es que las mujeres nos hemos podido organizar, porque realmente no había respeto a los derechos humanos del trópico, mujeres embarazadas, pateadas, pegadas, los niños, entonces en esse campo nosotros hemos podido organizarnos, para poder pelear juntos hombres y mujeres, porque antes al hombre le daban como no importaba si moría, si moría, moría no más. (LINERA, Álvaro G., et. tal., 2008: 508)

Com maior força e efetivo capacitado para romperem com esses e outros estigmas, as mulheres indígenas da Bolívia, em novembro de 2008, respondendo a nova realidade social e

⁶ Nascida em 1753 na comunidade de Sullkawi del Ayllu, Bartolina Sisa conviveu com a repressão do governo espanhol. Seu pai, José Sisa, e sua mãe, Josefa Vargas, eram comerciantes de tecido e coca e se deslocavam pelos povoados bolivianos para vender seus produtos. A vida itinerante permitiu que Bartolina presenciase a pobreza e humilhação sofridas por seu povo. Em 13 de março de 1781, já casada com Tupac Katari iniciaram o cerco a La Paz, que durou 109 dias. Em 5 de setembro de 1782, Bartolina e Gregoria Apaza, combatentes aymaras, foram levadas nuas pelas ruas de La Paz e torturadas. Partes de seus corpos foram levados a locais simbólicos de resistência indígena para exibição pública. Em sua homenagem, assim como de todas as mulheres que combateram a dominação e o etnicídio espanhol, se celebra na data de sua morte, 5 de setembro, o Dia Internacional da Mulher Indígena.

econômica do país, mudaram o nome da organização para Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”.

Tal narrativa nos é apresentada, como mais um exemplo do processo pelo qual as mulheres indígenas da CNMIOB-BS, vêm passando, evidenciam que estão prontas para tomar suas próprias decisões tendo, desse modo, maior autonomia em relação aos homens. Processo de tomada de consciência, que vai muito além de defender, ou melhor, garantir o bem estar da família. Estas mesmas mulheres estão na busca da igualdade de tratamento e de oportunidades para capacitação, tornando assim, possível o alcance de novos horizontes. As organizações e associações de mulheres vêm se multiplicando pelo país, assim como as Bartolinas.

I. Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales y Indígenas- CONAMURI

O dia 15 de outubro do ano de 1999, no Paraguai, dia Internacional da Mulher Indígena, marcou a trajetória de lutas de mais de trezentas mulheres rurais e indígenas reunidas em Assunção. Formava-se a Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales y Indígenas, com a proposta de ser uma organização nacional de mulheres que se articula às reivindicações e propostas tanto de mulheres indígenas quanto rurais.

A organização nasceu como resposta à necessidade de um espaço próprio das mulheres campesinas e indígenas para a defesa de seus direitos, para a busca de alternativas perante a angustiante situação de pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe, etnia e gênero. (FRANCO, Mariana. *et. al.*, 2008:34)

Eugenia Servini, integrante do CONAMURI, em entrevista, informou como se estabeleceram as relações entre as mulheres indígenas e o Estado,

Nosotras las indígenas somos las mas olvidadas del país, no le importamos al gobierno, cuando quieren votos sí nos visitan, llevan alimentos a cambio de los votos que piden y hasta ahí nomás. La importancia de la participación de mujeres indígenas en una organización y le confiere un carácter de aprendizaje a este proceso, a través de la Conamuri hemos conocido y analizado la realidad de la mujer indígena.

Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/paraguay/cde/campesino/campesino210.pdf> Acesso 06 de abril de 2012)

As mulheres indígenas paraguaias realizam, ostensivamente, fortes críticas às principais instituições do Estado com as quais dialogam. Reclamam, principalmente, por maior atenção e participação nas decisões que as envolvem diretamente. Magiorina Balbuena Cardozo, uma das coordenadoras da CONAMURI, informou em sua narrativa, como aconteciam os embates com os homens na construção de um espaço de representação social. Como muitas vezes, por imposição masculina, as mulheres indígenas ao deparar-se com barreiras, pensam em

abandonar a possibilidade de construção desses espaços, seja por medo de represálias ou por insegurança;

[...] E começa perseguição contra companheiras, contra o grupo de mulheres, e muitas organizações começaram a retirar às mulheres do CONAMURI, porque os homens decidiram isso e as mulheres não podiam enfrentar, ainda não chegaram ao nível de consciência, então havia mulheres que não queriam enfrentar, não tinham também armas de discussão, de argumentar, e de defender suas posições, então muitos grupos de companheiras se retiraram das organizações pela pressão que os homens fizeram. (CARDOZO, Magiorina Balbuena. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital), 2008: 12)

Ao se mostrarem resistentes às pressões, exercidas pelas estruturas sociais dominantes, essas mulheres indígenas paraguaias vão em busca da autonomia em sua forma organizativa, a própria CONAMURI é um ótimo exemplo disso. Reivindicavam, dentre outras coisas, também espaços de atuações igualitárias dentro de organizações mistas, para que pudessem lutar de forma conjunta em defesa de direitos civis, por melhores condições de vida, por liberdade de atuação e organização política.

Os objetivos da coordenação, segundo Magiorina, caminham no sentido de dar oportunidades às mulheres, dar-lhes elementos políticos, ideológicos e metodológicos para que possam desenvolver sua capacidade e, a partir de sua capacidade, de sua consciência, alcançar a autonomia. No ano de 2001, CONAMURI realizou a primeira marcha desde Caacupé até Assunção, foi o ponto de partida para visualização das mulheres indígenas e camponesas. A partir de então, foram feitas diversas ações como organização, em aliança com outros setores da sociedade.

II. Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR

Desde muito antes da constituição da organização, já se tinha um movimento de mulheres indígenas em Roraima, a partir de 1986 as mulheres se reuniam para atividades de corte e costura, ainda restritas ao âmbito doméstico, mas que já são caracterizados como atividades em que há 'tomada de consciência' das mulheres permitida graças ao seu agrupamento. De acordo com Ângela Sacchi (2003), desde 1999 foi oficializada a Organização de Mulheres indígenas de Roraima- OMIR, com apoio da Agência Norueguesa para Cooperação Internacional- NORAD, foi construído um espaço dentro da sede do conselho Indígena de Roraima.

Desse modo, a OMIR constituiu-se como uma organização específica que expandia o universo de ação feminino. Foi pensado a partir da necessidade de organização e.

representatividade da mulher indígena, que sempre teve participação decisiva na luta dos povos indígenas, mas não era reconhecida pelos líderes das comunidades. As mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações.

A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, são inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas. (SIMONIAN, 2001: 165)

No Brasil, ou melhor, na OMIR a situação é bem similar a enfrentada por CONAMURI e CNMCIOB BS, os dirigentes tem dificuldades em consentir e aceitar que as mulheres indígenas assumam papéis importantes dentro das organizações, como consta no relato anônimo, de uma mulher indígena de Roraima,

Na organização de mulheres de Roraima a gente começou a lutar, lutar mesmo, desde 90, para a gente criar uma organização de mulheres, só que a gente encontrou uma dificuldade muito grande devido já o Conselho estar organizado, o Conselho Indígena de Roraima era só homem, e os homens não viam a importância da companheira do lado⁷.

Embora, as demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, demonstrem que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, que sabemos ser historicamente controlados por homens, elas vem cada vez mais desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero.

Alguns compromissos são constantemente assumidos pelas mulheres, como: autossustentabilidade, combate à bebida alcoólica e à violência. Isso faz com que essas preocupações sejam debatidas através da promoção de seminários principalmente sobre alcoolismo, violência e saúde da mulher indígena. A importância dos compromissos referidos pelas mulheres desde seus primeiros encontros implicam em uma série de obrigações destinadas à elas em prol da sociabilidade comunitária, com forte apelo à tradição e sentido de coletividade. Serem reconhecidas pelos homens também é fator relevante, devido às suas demandas estarem imbricadas nas de seus povos. (SACCHI, 2003:78)

Ainda que a organização roraimense tenha conquistado importante espaço na política indígena nacional, a atual coordenadora da organização Iranir Barbosa dos Santos, representa as mulheres indígenas de todo o Brasil no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. O que se constata é que as mulheres indígenas são

⁷ Depoimento extraído da tese de doutorado de Ângela Sacchi, intitulada: *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira*. p. 59.

ainda quase “invisíveis” para o indigenismo brasileiro, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos no Brasil, no tocante às políticas sociais.

III. Primeiras reflexões entre identidade de gênero e identidade étnica.

Fredrik Barth (1976), em sua obra *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras*, define grupos étnicos como sendo um “tipo de organização social”, afirmando que:

Una adscripción categorial es una adscripción étnica cuando clasifica a una persona de acuerdo com su identidad básica y más general, supuestamente determinada por su origen e formación. En la medida en que los actores utilizan las identidades étnicas para categorizarse a sí mismos y a los otros, com fines de interacción, forman grupos étnicos em este sentido de organización.(BARTH, 1976,p.15)

Logo, percebemos que a etnicidade surge em situações de contato interétnico, pois, é na constatação da diferença e na busca das características peculiares que os grupos humanos se distinguem uns dos outros. A identidade sela os limites entre as “organizações” humanas (LITAIFF, 1996:23).

Pensamos que, no momento em que determinados movimentos de mulheres indígenas passaram a se utilizar do discurso étnico, algo que adquiriu força, sobretudo ao longo da última década, um conjunto de identidades se reunia naquele momento para consolidar suas reivindicações políticas. A identidade que era inicialmente de classe - delas como trabalhadoras - foi se aliando a identidade de gênero - quando assumiam que havia problemas específicos de mulheres que deveriam ser levados em conta - e uma terceira identidade, a de indígena.

Pode-se dizer que há grupos políticos e movimentos sociais na Bolívia e Paraguai que tem se articulado em torno de um discurso étnico - no caso, o de identificação como indígenas e descendentes de povos “originários” que já estavam presentes na América desde muito antes da chegada dos europeus que os colonizaram - para reivindicar direitos, se posicionar politicamente e propor novos caminhos para a sociedade (MIRZA,2006). Hoje em países como Bolívia e Paraguai a auto-identificação de mulheres como indígenas, confere a essas pessoas uma multiplicidade identitária, que pode proporcionar fortalecimento nos argumentos de que as (os) “verdadeiras (os) donos das terras” não podem mais aceitar serem excluídas (os) da sociedade. Isso difere do que acontecia anteriormente, quando era, em muitos casos, considerado vergonhoso ser descendente de indígenas (CUSICANQUI, 2003:40).

A participação nas organizações é também a forma encontrada por essas mulheres para viver e expressar a sua etnicidade deixando emergir no contanto com as outras mulheres os elementos de sua identidade étnica. Entendemos assim que, etnia e gênero são também

conceitos relacionais, ambos, só fazem sentido em um contexto de relações sociais entre pessoas que se diferenciam, confrontando formas de identidades, próprias e mutáveis. Identidades que se constroem nessas relações de confronto e de convivência (WOLFF,1999:61).

Tais narrativas nos mostram como tanto as mulheres indígenas paraguaias quanto às bolivianas, oriundas das organizações estudadas, vêm passando por um processo que evidencia, que estão prontas para tomar suas próprias decisões tendo, desse modo, maior autonomia em relação aos homens. Processo de tomada de consciência, que vai muito além de defender, ou melhor, garantir o bem estar da família. Estas mesmas mulheres estão na busca da igualdade de tratamento e de oportunidades para capacitação, tornando assim, possível o alcance de novos horizontes.

IV. Considerações finais

Estas mulheres indígenas bolivianas, paraguaias e brasileiras, preocupam-se em melhorar a qualidade de vida por meio de projetos que envolvam a comunidade. Uma das semelhanças que também podemos apontar, entre estas organizações, está na maneira como são elaborados seus projetos políticos. Por meio de projetos elaborados por seus próprios grupos, contribuem para desenvolvimento familiar e, ao mesmo tempo, formulam propostas que confrontem com as oficiais.

O processo organizacional adquire um sentido claramente político ao construir, a partir do cotidiano, alternativas econômicas que, apesar de ter um impacto muito limitado, projetam-se em todas as comunidades como uma opção para a crise e o desemprego. A estratégia dessas mulheres é o trabalho diário e organizado, querem ser o exemplo, em suas palavras, a partir do qual outras mulheres busquem integrarem-se e fortalecer o trabalho da comunidade.

Como conclusões ainda parciais, já que este tema está sendo desenvolvido em uma bolsa de Iniciação Científica, evidenciamos que a análise na forma comparativa, nos ajuda a perceber configurações de gênero que se estruturam ao longo da formação de organizações de mulheres indígenas no Brasil, Bolívia e Paraguai . Embora consista em uma tarefa complexa, extremamente trabalhosa e cheia de desafios, principalmente em relação ao acesso as fontes.

Observamos que os principais pleitos, desafios e objetivos das mulheres indígenas bolivianas, paraguaias e brasileiras se interconectem e tem muita similaridade. A defesa dos direitos da família, especialmente o das mulheres, a luta por justiça e igualdade, atuando na esfera política e social, desenvolvendo políticas públicas para garantir a gestão dos recursos nacionais, equidade de gênero, recuperação de terra e desenvolvimento econômico são alguns deles.

Para tanto podemos evidenciar que sim, há uma liderança contemporânea das mulheres indígenas, ela está intrinsecamente relacionada, por um lado, a suas práticas ligada à educação, aos projetos e representações comunitários, a participação em organizações de mulheres e espaços de representação política. E por outro lado, as experiências de violência e discriminação vividas por elas nesses processos tem estimulado a politização de suas identidades como povos indígenas e como mulher.

Corroborando com Célia Pinto, quando fala do movimento feministas em geral, consideramos que a adesão das mulheres indígenas em organizações e movimentos, pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, colocando o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança (PINTO,1992, p.27). De fato, tal atitude rompe tabus e preconceitos e coloca em voga novos valores e comportamentos desafiando relações de poder, principalmente em locais resistentes à participação da mulher no espaço público. Por fim, vemos as organizações como ferramentas de resistência muito eficaz.

BIBLIOGRAFIA

- AILLÓN, Virginia (Org.). *Gênero, etnicidad y participación política*. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006.p. 78
- AMARILLA, Oscar Ayala. La participación como discurso. *La revista Paraguaya de Sociología*. Año 46, n° 135 (Julio-Diciembre de 2009).
- CARDOZO, Magiorina Balbuena. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital), em Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas, revisada por Maria Laura O. Vasquez.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. “*Oprimidos pero no vencidos*”: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. La Paz: Aruwiyiri – Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA), 2003.
- FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. *Topoi Revista de História* [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>> . Acesso em 16 de julho de 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRANCO, Mariana.CHAMORRO,Andrea.MARTÍNEZ,Adriana. *La situación de la mujer indígena en el Paraguay*. Assunção. 2008.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LINERA,Álvaro G., LEÓN, Marxa C., MONJE, Patricia C. *Sociología de los Movimientos Sociales em Bolivia*: Estructuras de movilización, repertórios culturales y acción política. Plural Editoras. Bolívia, 2008.p. 508
- MACEDO, Renato F., REGINO, Fabiane Alves. *O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural*. Disponível em <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6513>> acesso 10 de abril de 2012.
- MIRZA, Chistian Adel. *Movimientos sociales sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: CLACSO,2006.

- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2011.
- PINTO, Céli R. Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- SALVATICI, Silva. “Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres”. In: Associação Brasileira de História Oral. *História Oral*. Vol.8, nº 1, Recife: CNPQ, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109. jan./abr. 2006/2007
- SEGATO, R. L. “Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil”. Série Antropologia, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/ Universidade de Brasília (UnB), 2003. Disponível <www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisaAcoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf> Acesso 05 de abril de 2012.
- SERVINI, Eugenia. ENTREVISTA. *Analizamos la realidad de las mujeres*. En publicacion: Informativo Campesino, no 210. CDE, Centro de Documentacion y Estudios, Asuncion, Paraguay. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/paraguay/cde/campesino/campesino210.pdf>> Acesso 06 de abril de 2012
- SIMONIAN, Ligia T.L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- VERDUM, Ricardo. (org.) *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. - Brasília: Inesc, 2008.
- WOLFF, CRISTINA Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)* São Paulo: Hucitec, 1999.